

O PLURALISMO DA INFORMAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO DE TELEVISÃO: ANÁLISE DAS TEMÁTICAS E ATORES DAS NOTÍCIAS NO TELEJORNAL DA RTP

PATRÍCIA ASCENSÃO

ICNOVA – Instituto de Comunicação da NOVA FCSH

INTRODUÇÃO

A questão em torno do pluralismo e da diversidade nos meios de comunicação é um tema que tem vindo a interessar quer investigadores quer reguladores pois, no geral, ambos consideram que estamos a assistir a uma crescente uniformização e homogeneização da programação e dos conteúdos, e que existe uma desequilibrada representatividade de determinados grupos ou elementos da sociedade nos meios de comunicação social.

Esta realidade é bastante evidente tanto a nível nacional como também a nível europeu, daí que a estratégia Europa 2020 dê especial destaque a esta questão, no sentido de que os meios de comunicação contribuam para o combate a todas as formas de discriminação e exclusão social, para a promoção da tolerância e da multiculturalidade e para o fomento coesão social. O facto de os média difundirem conteúdos que promovam a diversidade, poderá contribuir para que, desmistificando preconceitos, a sociedade ganhe consciência que são as diferenças que a caracterizam e que, simultaneamente, a enriquecem e revitalizam.

A investigação que aqui apresentamos centra-se no estudo do pluralismo na informação no serviço público de televisão português, através da análise das

temáticas e atores das notícias no principal momento informativo diário nacional, o Telejornal. Sabendo que os média contribuem para a construção e estruturação do espaço público e que as notícias são uma construção social da realidade e o resultado de um processo complexo onde interagem diferentes agentes sociais, a escolha de determinadas temáticas e atores na construção da agenda mediática é um processo crucial para compreender que discursos e narrativas estão a ser colocados no espaço público através do serviço público de televisão.

Uma das obrigações do serviço público de comunicação é promoção da diversidade cultural, integrando de igual forma e representando todos os segmentos da população. Neste sentido, o nosso estudo irá contribuir para um maior conhecimento sobre o papel do serviço público de televisão na promoção de um discurso plural, diversificado e representativo da sociedade em que vivemos.

O DISCURSO COMO CONSTRUTOR DE SABER E PRODUTOR DE VERDADE

Os estudos sobre o discurso jornalístico têm vindo a desenvolver-se nas últimas décadas, sobretudo a partir de finais da década de 70, com os estudos de investigadores como Robert Fowler *et alli.* (1979), Norman Fairlough (2001) ou Teun A. Van Dijk (1988) que colocam o foco nos assuntos relacionados com o poder, a dominação e a desigualdade social, e de que forma estes se manifestam e reproduzem através do discurso.

Para abordar esta questão, temos de recuar ao início da década de 70 e aos trabalhos de Michel Foucault, uma das referências mundiais no campo das ciências sociais e cuja obra procura refletir sobre as relações entre discurso, poder e verdade. A palestra proferida na sessão inaugural do Collège de France em 1970, “A Ordem do Discurso”, tornou-se uma das suas obras mais marcantes e afirmava que o discurso se produz sempre num contexto de relações de poder na sociedade. O autor recusa a ideia de um poder estático e piramidal. O poder é aqui entendido como um instrumento de diálogo, isto é, como uma realidade dinâmica que resulta das relações que são estabelecidas entre os diferentes agentes da sociedade. Extremamente crítico ao poder centralizador do Estado, Foucault defende que o poder é exercido mediante uma pluralidade de centros e pontos de apoio invisíveis e desconhecidos, através de um processo ordenado de produção de discursos. O poder exerce-se através do discurso, que “não é apenas o que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é a coisa para qual e pela qual a luta existe, o discurso é o poder a ser tomado” (Foucault, 1984:110)

Para o autor, o discurso é “uma rede de signos que se conecta a outras tantas redes de outros discursos, num sistema aberto, e que regista, estabelece e reproduz não significados esperados no interior do próprio discurso, mas sim valores desta sociedade que devem ser perpetuados.” Assim o discurso é entendido como como uma ordem funcional onde se estrutura o imaginário social. O discurso é a explicitação do mundo, a verbalização de uma realidade a partir da qual ela pode ser compreendida, interpretada e reorganizada. Neste sentido, o discurso constrói a realidade, produz verdade e re/produz poder e conhecimento.

A verdade é aqui entendida como conhecimento e saber, sendo no discurso que ela encontra a sua materialização e legitimação. O discurso constrói o saber e produz verdade, portanto, regula, através da produção de categorias de conhecimento e conjuntos de textos, o que é possível ser falado e o que não é. Sendo a verdade uma produção histórica, isto é, que é válida num determinado contexto espaço-temporal, aqueles que detiverem o poder de enunciação da verdade terão a possibilidade de estar em posição de privilégio nas relações de poder. Como afirma Foucault, “somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou de morrer em função dos discursos verdadeiros, que trazem consigo efeitos específicos de poder” (Foucault, 1979: 180). O poder está implícito nas práticas sociais quotidianas que são transmitidas em todos os domínios da vida social e não funciona pela dominação forçada dos que lhe estão sujeitos mas através de uma incorporação dos próprios sujeitos que se moldam e reproduzem essas práticas.

Foucault afirma que as práticas discursivas são socialmente controladas e restringidas através de procedimentos de produção de discurso, que determinam o que pode ser dito, por quem e em que situações. “Em cada sociedade, a produção de discurso é imediatamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos, cujo papel é tutelar seus poderes e perigos” (Foucault, 1984: 109).

Este conceito remete-nos para a teoria de Michel Pêcheux que desenvolveu uma abordagem crítica à análise de discurso fortemente influenciada pela teoria marxista de ideologia de Althusser, que considera que a ideologia é sempre uma prática social pois é o autor dessa prática de significação que legitima e mantém a própria ideologia e opera na manutenção do *status quo*. O contributo deste autor enfatiza a ideia de que a linguagem – o discurso – é uma forma material da ideologia, isto é, ele defende a dimensão ideológica do uso da linguagem. Nenhum enunciado é neutro. Todo o enunciado possui um significado. O discurso possui um determinado sentido de acordo com a posição ideológica de quem o profere, pois é a sua relação com os outros discursos que determina o seu sentido.

Para além da dimensão constitutiva do discurso que o entende como elemento construtivo da sociedade, Foucault defende ainda que existe uma interdependência das práticas discursivas, isto é, são as relações entre várias formações discursivas que constituem as regras de produção de uma determinada formação discursiva. Esta teoria assenta na ideia de que o discurso é o resultado da interação entre os diversos sujeitos envolvidos no processo e é definido pelas suas relações com outros discursos: interdiscurso.

Este autor afirma que a interdiscursividade é condição essencial de qualquer discurso, ou seja, a propriedade que os discursos têm de conter em si outros discursos, seja ela para os assimilar, sustentar ou mesmo contradizer. Como refere Brandão (2004:65), “O discurso se tece polifonicamente. Num jogo de várias vozes cruzadas, complementares, concorrentes, contraditórias.” Uma formação discursiva não está fechada em si mesma, ela é sempre atravessada por elementos de outras formações discursivas e a sua identidade é estruturada pela relação interdiscursiva. Neste sentido, o interdiscurso é também um espaço discursivo, ou seja, é um conjunto de discursos, de um mesmo campo ou de campos distintos, que mantêm relações de delimitação recíproca uns com os outros.

Este conceito da heterogeneidade do discurso é crucial no nosso estudo pois interessa-nos analisar a presença do “outro” no discurso jornalístico, isto é, de que forma se inscreve o “outro” no discurso. A presença do “outro” pode surgir de variadas formas no discurso jornalístico, nomeadamente como é que é representada a fala do “outro”: quem fala, o que fala, como fala ou quanto tempo fala.

A NOTÍCIA COMO CONSTRUÇÃO DISCURSIVA

As notícias são uma representação discursiva do mundo e os enquadramentos por ela veiculados estabelecem os termos e categorias através dos quais o vemos e compreendemos. Como refere Adriano Duarte Rodrigues, “Os jornalistas produzem discursos como o pintor pinta telas, o músico compõe músicas, o arquitecto projecta edifícios” (Rodrigues, 1997: 217).

Para os estudos jornalísticos, as décadas de 60 e 70 representaram uma rutura com o paradigma defendido até aqui e afirmaram a teoria das notícias como construção social da realidade. Quer isto dizer que as notícias não refletem a realidade, na medida em que elas são uma construção social dessa realidade. (Berger & Luckmann, 2010; McCombs, 2004) Como refere Traquina, “as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real; as notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e de textos. Enquanto o acon-

tecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento.” (Traquina, 1993: 168) Os acontecimentos não existem por si mesmos, eles são a junção do que “aconteceu” com a forma como são recontextualizados pelos média, quer isto dizer que “os acontecimentos são eles próprios e a sua mediatização.” (Mesquita, 2003: 38) Esta linha de pensamento defende que as notícias emanam da realidade social, participam nela e contribuem para a construção de imagens dessa mesma realidade.

Gaye Tuchman (1978), na sua reconhecida obra “Making News”, considera que as notícias são “estórias”, isto é, são uma realidade construída e seletiva, que possui uma narratividade própria e encerra uma validade indiscutível. Também Schudson (2003) defende que esta “narratividade” é inerente à organização interna da notícia, ou seja, a realidade é desconstruída e reconstruída através da notícia, o que não é mais que um reflexo dos elementos simbólicos que caracterizam uma determinada comunidade. Para este autor, as notícias são como uma forma de cultura que integram suposições acerca do que importa, do que faz sentido, em que tempo e em que lugar vivemos e aquilo que devemos ter em consideração.

A realidade social, transmitida pelas notícias, é ela mesma um produto de representações e o resultado de inúmeras mediações e condicionantes que ocorrem durante o processo de produção noticiosa. Daí que a notícia seja assim entendida como uma “representação simbólica” que resulta de um processo construtivo complexo desenvolvido no seio de um determinado contexto cultural, organizacional e social, cujo objetivo é, mais que relatar, conferir um sentido à realidade (Correia, 2011).

Segundo as teorias construtivistas, as notícias são o resultado de um processo de interações pessoais, sociais, culturais e ideológicas. Estas teorias rejeitam a visão instrumental das notícias mas ressaltam a importância da cultura jornalística no processo de produção noticiosa, reconhecendo que o jornalista não é um simples observador e transmissor da realidade social mas um participante ativo neste processo. Salientam a importância do papel do jornalista, contudo ele é apenas mais uma, das variadas peças da engrenagem da produção noticiosa. Defendem a forma narrativa e literária das notícias, que possuem uma validade e autonomia próprias, num sistema de sucessiva interpretação e reinterpretação da realidade social. Os média, através de mecanismos de identificação e contextualização dos acontecimentos, detêm um importante papel pois definem aquilo que é relevante ser do conhecimento público e apresentam formas de interpretação e compreensão desses mesmos acontecimentos.

Ora, sendo a notícia uma construção social e sendo esta construção social a criação de um discurso sobre o real, importa, pois questionar qual o contributo e grau de influência conferido aos média noticiosos no processo de conhecimento

e percepção simbólica do mundo. Como defende Sigal (1986), saber de que forma são produzidas as notícias é condição essencial para compreender o que elas significam. É deste processo construtivo que se ocupa o *newsmaking* que procura explicar de que forma é produzida a notícia, que fatores ou condições interferem na sua produção e que agentes estão envolvidos nesse processo.

AS VOZES NAS NOTÍCIAS E O ACESSO AOS MÉDIA

Sabemos que o acesso aos média não é plural, igualitário e equilibrado. Na verdade, o poder atribuído aos média está intimamente relacionado e condicionado por outros poderes que integram a sociedade e que atuam nesse campo de forças que caracteriza o jornalismo. Os diferentes agentes negociam o controle dos signos e acontecimentos, o que faz do campo jornalístico um espaço de diálogo, de convergência e de cooperação, de modo a preservar o público e privado da fonte, assim como os interesses dos jornalistas. Mas o campo jornalístico projeta também valores e poderes, implicando um jogo de papéis, estratégias e modos de jogar (Santos, 1997).

Para compreender esta questão, não podemos deixar de relevar a relação existente entre as diferentes agendas (política, mediática e pública) e a existência de três categorias de intervenientes (“news promoters”, “news assemblers” e “news consumers”) nesse processo de agendamento, com diferentes posições e objetivos, que contribuem para a organização do trabalho jornalístico.

Sabendo que a notícia está totalmente dependente das fontes utilizadas para a produção da mesma – o “quem” da “estória”, Sigal (1986) considera que elas são o elemento mais importante no processo produtivo pois são o definidor da mensagem que será difundida para o público. Assim sendo, importa analisar e compreender as relações que existem entre jornalistas e fontes de informação na produção de notícias. Esta relação caracteriza-se pela sua interdependência constante, isto é, por um lado, o jornalista precisa das fontes para obter a informação, por outro, as fontes precisam dos jornalistas para dar a conhecer as suas intenções e ações. É uma relação que se quer de confiança mútua, pois dela dependem ambos os polos. É por isso que a relação entre as fontes de informação e o jornalismo é, nas palavras de Gans (1979), comparado a uma “dança”, dado que ambas se procuram umas às outras para poder seguir os seus interesses e levar a cabo os seus objetivos.

É fundamental que o jornalista possua fontes de informação credíveis e que qualidade, de forma a garantir uma informação correta mas também merecedora

da confiança dos públicos. Contudo, sabemos que as fontes não são iguais, isto é, não apresentam uma equidade no que respeita quer à sua posição, relevância social e poder de influência, quer no volume e qualidade da informação que produzem. Sendo o processo seleção das fontes de informação bastante complexo, vários foram os investigadores que se dedicaram ao estudo deste processo e que procuraram classificar as fontes de informação.

Destacamos a posição de Sigal, que defende que o conteúdo das notícias depende das fontes utilizadas e daquilo que essas fontes têm para dizer, isto é, “is not what happens, but what someone says has happened or will happen” (Sigal, 1986: 25). Classificando as fontes de informação como oficiais e não oficiais, o autor concluiu que são as primeiras que detêm um maior peso na produção das notícias e a maioria das notícias resulta de informações provenientes deste tipo de fontes, que passam de forma rotineira através dos diversos canais informativos.

Também Molotch e Lester, autores do termo “news promoters”, num dos seus estudos concluíram que existe uma predominância das fontes oficiais nas notícias e que a sua produção não poder ser entendida fora da estrutura social e política da sociedade em que está inserida (Molotch & Lester, 1993).

Outro autor de referência neste domínio é Herbert Gans que concluiu que os diversos tipos de fontes interagem num sistema que é composto também por jornalistas e públicos, pelo que as fontes surgiriam hierarquizadas socialmente e os meios de comunicação determinariam as suas fontes de acordo com as suas necessidades e interesses. Considerando que existe uma negociação entre fontes e jornalistas, este autor considera que existe uma maior permeabilidade por parte dos meios de comunicação relativamente a fontes mais ativas e que correspondem de forma mais efetiva às suas necessidades informativas. Ora, as fontes que sejam capazes de compreender as rotinas produtiva, de antecipar condições de recolha da informação e de responder aos critérios de noticiabilidade, têm maior probabilidade de serem selecionadas. Daí que Gans considere que o acesso aos média é um poder e que “as notícias são, entre outras coisas, o exercício do poder sobre a interpretação da realidade.” (Gans, 1979).

Os diferentes estudos referidos concluem, por isso, que as fontes oficiais são as que os jornalistas dão mais importância e que confirma aquilo que Tuchman (1978) defendia: as notícias legitimam o *status quo* e são um aliado das instituições legitimadas da sociedade. Este facto define o tratamento que a mesma notícia terá e condiciona os termos de referência dentro dos quais será noticiada a partir daí. Esta legitimação das fontes oficiais faz-nos questionar a objetividade, imparcialidade e pluralidade de discursos que caracterizam o trabalho jornalístico.

JORNALISMO, PLURALISMO E SERVIÇO PÚBLICO

Nos últimos anos, a noção de pluralismo tornou-se um ponto de referência das discussões em torno dos média e as preocupações sobre esta matéria tem vindo a ser alvo de debates, estudos e movimentos por parte de várias organizações governamentais e não-governamentais. Como defende a UNESCO, o pluralismo nos média é condição essencial para proporcionar a escolha por parte do público e contribuir para a construção democrática.

A noção de pluralismo reveste-se de vários significados e dimensões, ou seja, os autores referem mesmo que podemos abordar esta noção de duas perspetivas: pluralismo externo, que se refere a coexistência de diversos órgãos de comunicação social, públicos e privados; e pluralismo interno, que diz respeito à pluralidade de vozes, conteúdos, assuntos, análises e opiniões. Juntos desempenham um papel complementar na garantia de um sistema mediático livre, independente e representativo da sociedade, por isso ambos necessitam de ser reforçados com medidas concretas por parte dos decisores.

Assim, o jornalismo deve contribuir para a construção democrática através de um discurso plural, diversificado e representativo da sociedade (Gans, 1980; Neveu, 2005). E neste contexto, os meios de comunicação de serviço público desempenham um papel diferenciador e possuem responsabilidades acrescidas porque encerram em si uma função social que assenta em princípios e valores que lhe são exigidos e que são o fundamento da sua essência e a sustentação da sua existência. Ao serviço público exigem-se princípios como qualidade, diversidade, pluralismo, representatividade, neutralidade ou independência. Deve ser capaz de promover a cidadania, favorecer a coesão social, valorizar a identidade coletiva, acolher as diferentes realidades, contextos e expressões, garantir a qualidade e rigor informativo, estimular a criatividade e contribuir para o desenvolvimento regional. (Cádima, 2012; Lopes, 1999; Pinto, 2005; Santos, 2013; Torres, 2011)

Esta responsabilidade social acresce quando nos reportamos à programação informativa pois, como já dissemos, ela é produtora, reprodutora e construtora de conhecimento, o que, de certa forma, lhe confere o poder de criação de mapas interpretativos da realidade. A programação informativa ao pretender dizer como o mundo é, contribui de forma inequívoca para a compreensão do mesmo. Assim, podemos afirmar que a sua importância reside neste mesmo pressuposto, isto é, ela contribui em larga medida para o conhecimento público da realidade e oferece-nos ferramentas para compreender o mundo.

Citando Diana Andringa, “compete à RTP oferecer um produto informativo que, longe de ceder a tentações populistas, veja o público como um conjunto de

cidadãos e não consumidores e lhes dê as notícias e que precisam para a compreensão da sociedade em que vivemos e não as que podem seduzi-los, levando-os a vê-las, mas nada acrescentam para essa compreensão.” (Andringa, 2014:364).

Um estudo da ERC sobre a redefinição da noção de órgão de comunicação social verificou que a maioria dos cidadãos (75%) preferem trabalhos noticiosos que apresentem múltiplos pontos de vista para que possam tirar as suas próprias conclusões e que estão dispostos a consumir peças informativas mais longas e completas (65%).

Contudo, já no relatório de 2006, o Provedor do Espectador recomendava que houvesse, da parte do operador público de televisão, uma maior atenção pelo pluralismo político, mas também social, cultural, religioso e geográfico, pois essa seria uma condição que permitiria aos espectadores sentirem-se identificados com a televisão pública como uma “coisa sua” e “propriedade de todos”. Destacava ainda o destaque desproporcionado dado ao desporto e a ausência quase total de temas sobre cultura e ciência. Assinalava também que a escolha dos convidados para os diferentes programas deveria respeitar “a pluralidade do universo da opinião pública portuguesa e a garantia de expressão da opinião livre que deve ser assegurada a todos os cidadãos.” (Oliveira, 2006:27). O que importa aqui salientar é que estas preocupações e recomendações são repetidas nos relatórios dos anos seguintes, o que parece indicar a ausência de medidas capazes de alterar a situação.

Vários estudos e relatórios sobre a informação nos meios de comunicação, não especificamente apenas sobre o operador público, indicam que o pluralismo não tem sido uma tónica dos meios de comunicação portugueses, sobretudo ao nível político, cultural ou até de equidade entre género. Verifica-se uma centralidade geográfica e cobertura desigual dos acontecimentos, a fraca representatividade de algumas forças políticas, a reduzida diversidade de comentadores e fazedores de opinião, o domínio do género masculino como protagonistas das notícias ou o desequilíbrio entre temas noticiados.

Sabendo que o cenário atual se caracteriza por uma maior convergência de meios e homogeneização de conteúdos, onde as lutas pelas audiências e as pressões do mercado determinam e condicionam a oferta mediática, consideramos que o serviço público se constitui como um marco estruturante da sociedade enquanto garante do pluralismo e diversidade nos média, assegurando as necessidades democráticas, sociais e culturais dos cidadãos. O pluralismo deve fazer parte dos objetivos do sistema mediático e os operadores de serviço público devem cumprir uma adequada promoção e valorização da diversidade de opiniões, perspetivas e valores de uma sociedade, chamando os cidadãos a ter um papel mais ativo e integrador.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A investigação cujos resultados aqui apresentamos pretende caracterizar os temas e atores presentes nas notícias e tem como principal objetivo analisar o pluralismo na informação no serviço público de televisão português.

Tendo como ponto de partida a teoria de que os meios de comunicação social constroem a realidade na medida em que contribuem para o conhecimento e interpretação do mundo, influenciando a agenda pública e condicionando a opinião pública, definimos como tema central de análise a informação diária em horário nobre no serviço público de televisão.

Assim sendo, escolhemos analisar a RTP 1, pois consideramos que é o principal serviço de programas da RTP, e seleccionámos o Telejornal por ser o principal momento informativo do mesmo serviço. Sabemos que, apesar das audiências não o refletirem, estudos demonstram que a televisão pública continua a ser considerada o meio de comunicação com mais credibilidade e confiança por parte dos cidadãos. Desta forma, esse reconhecimento confere-lhe obrigações e responsabilidades acrescidas no que respeita aos conteúdos que difunde e, neste caso em particular, à informação jornalística que produz.

O período de análise decorreu nos meses de janeiro e fevereiro de 2018 e a recolha de dados foi realizada por amostragem, isto é, definimos como amostra uma semana contruída de forma progressiva semanal. Esta opção deveu-se ao fato de querermos privilegiar uma análise continuada e que não estivesse condicionada por possíveis acontecimentos capazes de enviesar os resultados. Ainda assim, e para este estudo em concreto, deparámo-nos com eventos que deverão ser tidos em consideração na nossa análise dos dados e que serão posteriormente referenciados.

Partindo do *corpus* e período referidos, realizámos o visionamento de um total de sete edições do programa escolhido, mais concretamente nos dias 8, 16 e 24 de janeiro e 1, 9 17 e 25 de fevereiro e considerámos todas as peças informativas emitidas em cada edição. Nesse período, registámos 160 peças informativas no total, o que correspondeu a uma duração de 6 horas, 17 minutos e 11 segundos. À exceção do dia 24 de janeiro, em que houve a transmissão de um jogo de futebol e por isso o Telejornal terminou mais cedo que o habitual, o programa tem uma duração que se situa entre os 54 e os 59 minutos e contém entre 23 e 27 peças por edição.

Um dos aspetos que abordámos foi o âmbito da peça pois interessou-nos analisar o pluralismo em termos geográficos e aquilo que pudemos observar é que a maioria das peças possuem um foco nos assuntos de âmbito nacional (48,8%),

sendo que o âmbito local apresenta uma reduzida expressão (17,5%), como podemos ver na tabela em baixo.

Se tivermos em conta o tempo de emissão, verificamos que a tendência é semelhante, embora as notícias de âmbito internacional desçam ligeiramente, por oposto às de âmbito local que sobem na percentagem relativamente ao total mas continuam a ser a categoria com menor representatividade.

Abordagem	N.º	%	Duração	%
Internacional	54	33,8%	1:49:19	29,0%
Nacional	78	48,8%	2:59:30	47,6%
Local	28	17,5%	1:08:18	18,1%
Total	160	100%		

Sabemos que o Telejornal é, assumidamente, um espaço informativo diário com forte incidência nos assuntos nacionais e de atualidade, contudo os dados recolhidos revelam-nos que os acontecimentos de âmbito internacional superam os de âmbito local. A designada informação de proximidade, que traria para o horário nobre temas e assuntos que dissessem respeito à realidade mais próxima dos cidadãos, surge aqui subvalorizada.

TEMÁTICAS

A análise dos temas das notícias presentes no Telejornal permite-nos compreender quais são as prioridades editoriais deste espaço informativo relativamente aos diferentes acontecimentos ocorridos. Sabendo que os jornalistas não podem nem conseguem noticiar todos os acontecimentos que ocorrem, importa perceber quais os temas que apresentam uma relevância informativa mais significativa, assim, identificar e compreender o processo de agendamento.

Numa primeira análise procurámos identificar temas gerais e cuja categorização se organizou da seguinte forma: política, economia, sociedade, cultura, desporto, outro e nenhum. Aquilo que pretendemos com esta análise foi perceber como se organizam os temas das notícias em termos gerais e só, numa segunda fase, avançar para uma especificação desses temas.

Tal como referimos, para além de analisar os temas das peças numa perspetiva genérica, procurámos analisar também os temas específicos das mesmas, de forma a aprofundar e compreender melhor a realidade em análise.

Temas	N.º	%	Duração	%
Política	28	17,5%	1:07:45	18,0%
Economia	14	8,8%	0:25:00	6,6%
Sociedade	76	47,5%	2:58:48	47,4%
Desporto	27	16,9%	0:49:59	13,3%
Cultura	14	8,8%	0:33:54	9,0%
Outro	1	0,6%	0:01:41	0,4%
Nenhum	na	na	0:20:04	5,3%
Total	160	100%	6:17:11	100,0%

Neste sentido, aquilo que verificámos foi que a categoria Sociedade é a que se encontra melhor representada, quer na quantidade de peças quer na sua duração. Na verdade, de entre a totalidade das peças identificadas, 47,5% pertencem à categoria Sociedade, seguida das categorias Política (17,5%) e Desporto (16,9%), embora estas apresentem um claro distanciamento relativamente à primeira. As notícias sobre Cultura e Economia são as menos representadas e apresentam valores idênticos (8,8%).

Quando analisamos a variante duração, a realidade é semelhante, os temas de Sociedade têm uma duração total de 2h58m, o que corresponde a 47,4% do total emitido. Seguem-se as notícias relativas a assuntos de Política, com 1h07m (18%), e Desporto, com 0h49m (13,3%). Estes dados indicam-nos que, apesar destas duas categorias terem um número aproximado de peças, a Política ocupa mais espaço de emissão. As peças sobre assuntos de Economia são aquelas em que o tempo de emissão é menor, com apenas 0h25m e 6,6% do tempo total.

Assim, como podemos na tabela seguinte, os dados revelaram que, no global, os temas específicos mais bem representados em termos de quantidade de peças são os seguintes: Desporto (16,9%), Economia e Finanças (8,1%), Justiça e Tribunais (7,5%), Política (7,5%) e Problemas sociais (6,9%). Podemos, pois afirmar que o Desporto tem um forte peso naquilo que são as opções editoriais deste espaço informativo.

Se tivermos em conta a duração das peças, o Desporto continua a manter-se como a categoria melhor representada, com 13,9% do tempo total de emissão, seguida de Justiça e Tribunais (9,1%), Política (6,5%), Economia e Finanças (6,3%), Problemas sociais (6,3%) e Partidos políticos (5,7%).

Devemos salientar que, durante o nosso período de análise, ocorreu o congresso do PSD, o que poderá ter contribuído para um maior peso dos assuntos de Política e Partidos Políticos nos dados apurados. Só a eventual análise num outro período, poderia confirmar ou não esta hipótese.

Temas				
	N.º	%	Duração	%
Acidentes	4	2,5%	0:06:38	1,8%
Ambiente	7	4,4%	0:18:14	4,8%
Artes	7	4,4%	0:14:24	3,8%
Assuntos militares	2	1,3%	0:04:48	1,3%
Assuntos policiais	1	0,6%	0:02:43	0,7%
Atividades económicas	4	2,5%	0:06:30	1,7%
Autarquias	1	0,6%	0:02:25	0,6%
Criminalidade	1	0,6%	0:02:48	0,7%
Defesa e Segurança Interna	1	0,6%	0:02:42	0,7%
Desenvolvimento regional	1	0,6%	0:01:52	0,5%
Desporto	27	16,9%	0:52:20	13,9%
Diplomacia e Relações Internacionais	5	3,1%	0:09:33	2,5%
Economia e Finanças	13	8,1%	0:23:55	6,3%
Educação	5	3,1%	0:12:34	3,3%
Emprego e questões laborais	3	1,9%	0:07:25	2,0%
Festividades e Tradições	2	1,3%	0:05:24	1,4%
Florestas e Ordenamento do território	5	3,1%	0:18:00	4,8%
Greves, Manifestações e Protestos	2	1,3%	0:02:35	0,7%
Justiça e Tribunais	12	7,5%	0:34:27	9,1%
Média e Comunicação	4	2,5%	0:10:21	2,7%
Meteorologia	4	2,5%	0:03:51	1,0%
Mortes	2	1,3%	0:04:20	1,1%
Obras e Construções	3	1,9%	0:06:39	1,8%
Outro	4	2,5%	0:09:41	2,6%
Partidos políticos	5	3,1%	0:21:38	5,7%
Política	12	7,5%	0:24:40	6,5%
Problemas sociais	11	6,9%	0:23:40	6,3%
Religião	3	1,9%	0:05:40	1,5%
Saúde	3	1,9%	0:03:53	1,0%
Solidariedade e Apoios sociais	2	1,3%	0:05:00	1,3%
Solidariedade Social	3	1,9%	0:06:18	1,7%
Transportes e Mobilidade	1	0,6%	0:02:09	0,6%
Total	160	100,0%		

ATORES DAS NOTÍCIAS

No que respeita aos atores das notícias, considerámos apenas os atores visíveis nas notícias, isto é, os autores de declarações. Analisar esta questão é fundamental para identificar quem são os protagonistas dessas notícias, ou seja, a quem é que os jornalistas estão a dar voz no espaço público. Considerámos os critérios quantidade e duração, dado que nos forneceram, como iremos ver, dados de natureza distinta que permitem compreender melhor o nosso objeto de estudo.

Relativamente a este ponto, identificámos 316 declarações, o que perfaz a utilização média de 1,97 declaração por peça, e uma duração total de 1h57m47s. Na verdade, registámos que a maioria das peças (76,3%) possuem declarações de pessoas relacionadas, direta ou indiretamente, com o assunto noticiado. Contudo, numa análise mais minuciosa, verificamos que cerca de 23,8% das peças não possui qualquer declaração, o que não deixa de ser relevante no que respeita à valorização da declaração como recurso jornalístico utilizado. Aliás, se observarmos melhor o número de declarações utilizadas, percebemos que a percentagem diminui à medida que a quantidade vai aumentando, facto que poderá ser questionado quando se tem em conta a utilização do contraditório e a valorização do pluralismo do discurso por parte dos jornalistas.

Quanto à origem geográfica dos mesmos, verificamos que a maioria são oriundos do contexto nacional (88,9%), o que faz algum sentido tendo em conta que a maioria das peças analisadas têm um âmbito nacional e local.

Relativamente ao género dos autores das declarações, aquilo que foi possível identificar é que a maioria são do género masculino (70,3%), o que poderá ser o reflexo da própria organização da sociedade portuguesa que continua a demonstrar uma maior prevalência de homens em lugares de representação e decisão, mas poderá também refletir a própria opção dos jornalistas que não têm em consideração questões de igualdade de género no acesso ao espaço mediático. No entanto, esta disparidade é ainda mais evidente quando consideramos o tempo disponibilizado aos dois géneros, isto é, os autores do género masculino possuem 78,1% do tempo total das declarações emitidas, com 1h31m57s, por oposição ao tempo atribuído ao género feminino, com apenas 21,9%, o que corresponde a um total de 0h25m50s.

Considerámos ainda o setor da sociedade que representam os autores das declarações. Assim, podemos afirmar que a maioria provém da sociedade civil (27,5%), seja ela em termos individuais ou organizada, e do setor político (26,6%), nomeadamente membros do governo e de partidos políticos. Num terceiro nível, surgem os representantes de organizações e instituições (17,4%), e só depois surgem elementos dos setores profissional (9,2%), cultural (6,6%), desportivo (4,4%) e empresarial (3,2%).

Autores das declarações				
Setor da sociedade	N.º	%	Duração	%
Cultura	21	6,6%	0:07:04	6,0%
Desporto	14	4,4%	0:08:18	7,0%
Empresarial	10	3,2%	0:03:57	3,4%
Especialistas	7	2,2%	0:05:01	4,3%
Institucional	55	17,4%	0:20:11	17,1%
Outro	1	0,3%	0:00:07	0,1%
Política	84	26,6%	0:39:57	33,9%
Profissional	29	9,2%	0:10:17	8,7%
Sindical	8	2,5%	0:03:19	2,8%
Sociedade civil	87	27,5%	0:19:36	16,6%
Total	316	100%	1:57:47	100%

Ainda neste aspeto, considerámos interessante fazer uma análise comparativa entre a quantidade de declarações e a duração das mesmas, para tentar perceber se a tendência é semelhante e que espaço de emissão lhes é atribuído. Na verdade, verificámos que isso não acontece, ou seja, no que respeita à duração das declarações, a maioria do tempo pertence a declarações proferidas por elementos do setor político, com 39m57s, o que corresponde a 33,9%, ou seja, uma percentagem bastante superior quando comparada com o número de declarações. Também os autores provenientes da sociedade civil deixam de estar equilibrados com os do setor político, com apenas 16,6% do tempo total e que corresponde a 19m36s, aproximadamente metade destes últimos. Isto parece indicar que os cidadãos e sociedade civil organizada até são chamados a dar a sua opinião e/ou testemunho um número relevante de vezes, contudo o tempo que lhes é atribuído é consideravelmente inferior aos elementos da classe política. Vemos que, no que respeita à duração das declarações, existe um peso semelhante entre os autores provenientes da sociedade civil e institucionais, com uma ligeira vantagem para estes últimos. Concluimos por isso, que o Telejornal atribui uma maior relevância à classe política e institucional, deixando para segundo plano a sociedade civil e remetendo quase à invisibilidade outros setores relevantes da sociedade, nomeadamente especialistas, empresários ou sindicalistas.

Aliás, não deixa de ser curioso que sendo o desporto o tema mais noticiado neste espaço informativo, os desportistas e elementos ligados ao desporto sejam pouco ouvidos e que, contrariamente, os assuntos de política nem sejam os mais relevantes em termos de agendamento, mas a classe política surja tão bem representada.

Ainda neste ponto, pretendemos fazer uma análise mais minuciosa e aprofundada sobre os autores das declarações. Para tal definimos uma tipologia própria que categorizou de forma mais pormenorizada estes protagonistas, através da criação de categorias mais específicas que pudessem tornar estes resultados mais claros e objetivos.

Assim sendo, conseguimos apurar que a tipologia mais representada em número de declarações foi a dos cidadãos, com 25% do total, seguida pelos membros de partidos políticos (8,2%), artistas (6,6%) e governantes de outros países (6,3%). Num nível seguinte, com percentagens semelhantes, surgem os atletas e treinadores e os membros do governo, ambos com 4,4%, e os advogados, com 4,1%.

Já no que respeita à duração das declarações, o cenário encontrado difere bastante, isto é, os cidadãos continuam a ser a tipologia melhor representada, mas numa percentagem bastante menor (14,5%), muito mais próxima dos valores registados para os membros de partidos políticos (11,7%) e o terceiro lugar é aqui ocupado pelos atletas e treinadores (7%).

Um outro aspeto que nos interessou analisar, face ao seu peso enquanto autores de declarações, foi caracterizar a classe política e perceber melhor estes resultados. Assim, conforme referimos anteriormente, a classe política representa 26,6% em termos de quantidade de declarações e 33,9% quanto à duração das mesmas, o que é bastante relevante em termos globais. Dentro deste setor, destacamos o peso detido pelos membros de partidos políticos, quer em número quer em duração das declarações, com 8,2% e 11,7%, respetivamente, sendo o PSD o partido político mais bem representado. Voltamos aqui a referir que a cobertura do congresso do PSD, realizado no período analisado, poderá ter condicionado estes resultados.

Autores das declarações				
Tipologia	N.º	%	Duração	%
1º Ministro*	9	2,8%	0:05:43	4,9%
Advogados	13	4,1%	0:04:35	3,9%
Artistas	21	6,6%	0:07:04	6,0%
Atletas e Treinadores	14	4,4%	0:08:18	7,0%
Autarcas*	4	1,3%	0:01:45	1,5%
Bancos	2	0,6%	0:00:44	0,6%
Bombeiros	2	0,6%	0:00:35	0,5%
Cidadãos	79	25,0%	0:17:02	14,5%
Crianças e Jovens	7	2,2%	0:01:46	1,5%
Empresas e Associações empresariais	10	3,2%	0:03:57	3,4%
Especialistas	7	2,2%	0:05:01	4,3%

Autores das declarações				
Tipologia	N.º	%	Duração	%
Ex-governantes*	2	0,6%	0:01:28	1,2%
Forças militares e de segurança	8	2,5%	0:02:22	2,0%
Governantes – Outros países*	20	6,3%	0:06:15	5,3%
Governo*	14	4,4%	0:05:49	4,9%
Instituições desportivas	3	0,9%	0:01:47	1,5%
Instituições educativas	5	1,6%	0:02:07	1,8%
Instituições europeias	7	2,2%	0:02:09	1,8%
Instituições judiciais	3	0,9%	0:00:57	0,8%
Instituições religiosas	5	1,6%	0:02:07	1,8%
Instituições saúde	1	0,3%	0:00:18	0,3%
Instituições sociais	5	1,6%	0:02:20	2,0%
Movimentos cívicos	1	0,3%	0:00:48	0,7%
Organismos públicos	6	1,9%	0:02:25	2,1%
Organizações internacionais	8	2,5%	0:02:20	2,0%
Outro	1	0,3%	0:00:07	0,1%
Partidos políticos*	26	8,2%	0:13:45	11,7%
Presidente da República*	9	2,8%	0:05:12	4,4%
Profissionais	10	3,2%	0:03:36	3,1%
Profissionais dos Média	6	1,9%	0:02:06	1,8%
Sindicatos e associações profissionais	8	2,5%	0:03:19	2,8%
Total	316	100%	1:57:47	100%

* classe política

Em seguida, surgem os governantes de outros países (6,3% e 5,3%) e os membros do governo nacional (4,4% e 4,9%). Num terceiro nível, surgem o 1º ministro e o Presidente da República com valores muito semelhantes, o que nos indica que houve um tratamento equilibrado entre as duas principais figuras políticas nacionais. Por fim, surgem os autarcas (1,5%), valores que não surpreendentes dado o peso das notícias de âmbito local neste noticiário.

CONCLUSÕES

O estudo que aqui apresentamos, apesar do período de análise ser limitado em termos temporais, permitiu-nos apurar algumas conclusões no que respeita ao pluralismo na informação no serviço público de televisão português em matéria de temáticas e atores das notícias.

Uma primeira ideia que queremos aqui deixar é que existe uma representação territorial desequilibrada relativamente à cobertura noticiosa, com o foco nos assuntos de âmbito nacional e uma reduzida expressão dos acontecimentos e assuntos de âmbito local. Aliás, quando isso acontece verificamos que a maioria das notícias de âmbito local são provenientes do distrito de Lisboa, o que reforça a ideia de uma evidente centralização da informação de serviço público. Podemos assim questionar se existirá pluralismo geográfico e uma equilibrada cobertura do território nacional, bem como a preocupação por parte do operador público com a produção de uma informação de proximidade.

Relativamente ao pluralismo de assuntos e diversidade temática, verificamos que a maioria das notícias pertencem à categoria sociedade, quer em quantidade quer em duração, com cerca de 47%. Seguem-se as categorias política e desporto, estas num plano claramente mais bem posicionado que outras temáticas muito menos representadas. Quando analisamos os temas de uma forma mais aprofundada, são as notícias de desporto que se destacam, com mais quantidade de peças e tempo de emissão, seguido dos assuntos de Política, Justiça/Tribunais, Economia/Finanças. Os restantes temas apresentam pouca relevância no contexto geral, o que nos indicia que não existe o pluralismo e diversidade desejados e expectáveis de um serviço informativo com missão de serviço público.

Quanto aos autores visíveis das notícias, aquilo que conseguimos registar é que a maioria dos autores das declarações são do género masculino, de origem nacional e provenientes quer da sociedade civil quer da classe política. Assim, deixamos para reflexão qual o papel do serviço público em relação à promoção da igualdade de género, dado que não disponibiliza de forma equilibrada o tempo que homens e mulheres têm para manifestar a sua posição e opinião.

Há ainda uma forte presença de declarações oriundas de instituições e entidades oficiais, que são chamadas a falar e a ter voz no espaço público sobre assuntos que, grande parte das vezes, dizem respeito à sociedade civil. Aqui leva-nos a refletir sobre a relação imparcial que os média estabelecem com representantes e representados, conferindo aos primeiros uma maior credibilidade e legitimidade que se reflete no tempo de antena que lhes é atribuído.

O setor da sociedade com mais tempo de antena é a classe política, com quase o dobro do tempo das categorias seguintes: institucional e sociedade civil, respetivamente, facto que sugere um forte peso do discurso político e acesso por parte dos políticos aos meios de comunicação.

Ainda neste ponto, a tipologia de atores mais presente nas notícias são os cidadãos, seguida dos membros de partidos políticos e elementos do setor desportivo (atletas e treinadores). As restantes tipologias surgem numa posição bastante dis-

tanciada em relação às referidas o que nos permite concluir que existem algumas debilidades relativamente à polifonia das vozes e pluralidade do discurso.

BIBLIOGRAFIA

- Berger, P. & Luckmann, T. (2010). *A construção social da realidade* (3.^a edição). Lisboa: Dinalivro. (Original publicado em 1966)
- Brandão, H. (2004). *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Brandão, N. G. (2010). *As Notícias nos Telejornais – Que serviço público para o século XXI?* Lisboa: Guerra e Paz.
- Cádima, F. R. (2012). “A Relegitimação do Serviço Público de Televisão em Portugal no contexto de hiperfragmentação da oferta” in *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 10. Santiago de Compostela: AGACOM e LUSOCOM, pp. 25-33.
- Correia, J. C. (2011). *O admirável nundo das notícias: teorias e métodos*. Covilhã: Livros LabCom.
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Foucault, M. (1997). *A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Fowler, R. et alli. (1979). *Language and Control*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Gans, H. J. (1979). *Deciding What's News: A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. Evanston: Northwestern University Press.
- Lopes, F. (1999). *O Telejornal e o Serviço Público*. Coimbra: Minerva.
- McCombs, M. (2004). *Setting the Agenda: the mass media and public opinion*. Cambridge: Polity Press.
- Mesquita, M. (2003). *O Quarto Equívoco – o poder dos media na sociedade contemporânea*. Coimbra: Minerva Editora.
- Molotch, H. & Lester, M. (1993). As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In Traquina, N. (Org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”* (pp. 34-51). Lisboa: Vega. (Original publicado em 1974)
- Neveu, E. (2005). *Sociologia do Jornalismo*. Porto: Porto Editora.
- Pinto, M. (2005). *Televisão e cidadania: contributos para o debate sobre o serviço público*. Porto: Campo das Letras.
- Rodrigues, A. D. (1997). “Delimitação, natureza e funções do discurso midiático”. *O jornal, da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo.
- Santos, R. (1997). *A negociação entre jornalistas e fontes*. Coimbra: Minerva Editora.
- Santos, S. C. (2013). *Os Media de Serviço Público*. Covilhã: Labcom
- Schudson, M. (2003). *The Sociology of News*. New York: Norton & Company.
- Sigal, L. V. (1986). “Who? Sources Make the News”. *Reading the News*. New York: Random House. pp. 9-37
- Torres, E. C. (2011). *A Televisão e o Serviço Público*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Traquina, N. (1993). “As notícias”. *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Vega. pp. 168-176 (Original publicado em 1988)
- Tuchman, G. (1978). *Making News: A Study in the Construction of Reality*. Nova Iorque: The Free Press.
- Van Dijk, T. (1988). *News as Discourse*. Hillsdale/NJ: Erlbaum.